



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Dezembro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em dezembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	6
Equador	8
Guiana	9
Peru	12
Suriname	14
Venezuela	15
OTCA	16

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em dezembro de 2023, grande parte da agenda socioambiental da Bolívia esteve voltada para a 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-28), realizada em Dubai, entre 30 de novembro e 13 de dezembro. De acordo com pronunciamentos oficiais, os temas prioritários para a Bolívia, na conferência, foram adaptação, mitigação, transferência de tecnologia, perdas e danos, transição energética justa, agricultura, gênero e povos indígenas [1]. Cabe registrar que a participação do país na conferência ocorreu enquanto graves incêndios florestais tomavam conta da Amazônia boliviana e, no entanto, a agenda para a COP-28 não esteve particularmente focada no combate ao desmatamento.

Como de costume, o discurso boliviano enfatizou a denúncia do capitalismo (apontado como principal vilão da crise climática global), o respeito ao princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas (países desenvolvidos devem assumir custos maiores nas ações climáticas) e à defesa da *Madre Tierra* (destacando a importância dos povos indígenas originários camponeses para a preservação ambiental) [2]. A delegação boliviana foi composta por David Choquehuanca, vice-presidente; Celinda Sosa, chanceler; Rubén Mendez, ministro de Meio Ambiente e Água; Sergio Cusicanqui, ministro de Planejamento do Desenvolvimento; e Freddy Mamani, vice-ministro de Relações Exteriores. Em relação à Amazônia, destaca-se apenas a participação de Celinda Sosa e de Freddy Mamani no painel *Avances en la construcción de la Plataforma de Pueblos Indígenas Amazónicos en el marco de la OTCA como contribución al cumplimiento del Acuerdo de París* [3].

No dia 11 de dezembro, a Bolívia realizou um ato em parceria com a China, que lhe fez uma doação financeira de US\$ 100 mil para auxiliar no combate aos incêndios florestais que aumentaram no país. Os recursos serão destinados, especificamente, à etapa pós-incêndio e serão executados pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com o Ministério da Defesa boliviano. Edmundo Novillo, ministro da Defesa, enfatizou que a etapa pós-incêndio é importante, pois consiste na reposição, reconstrução e restauração das áreas afetadas [4].

Além disso, em dezembro, a entrada da Bolívia no Mercosul foi ratificada, após um longo processo iniciado em 2015. Em discurso sobre a adesão boliviana, Luis Arce, presidente do país, fez menção à crise climática e à importância de mobilizar recursos

para combatê-la, especialmente no caso dos países amazônicos [5]. Cabe lembrar que a Bolívia é, agora, o único país sul-americano que faz parte de todos os grandes blocos de integração regional, como o Mercosul, a Comunidade Andina e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tendo interlocução com países presentes em todos os ecossistemas sul-americanos.

Referências

[1] Disponível em:

<https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/pfbid02RcyRjXGFGtbAmyWpWqUo7Fe1YcJYX37WG7BY1yfBHJ8NVsHyvQde8vVWPDFjdZH9>

[2] Disponível em:

<https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/pfbid02uObSMitRDzbnEjCFMR57Zgau1gVTDA7Fi7ggrTDt6MXSpLTCTBRnWU6HMxx8wZHHI>

; <https://www.facebook.com/watch/?v=364729349372443> ;

https://eldeber.com.bo/pais/cop28-choquehuanca-llama-a-los-pueblos-indigenas-a-defender-a-la-madre-tierra_349050

[3] Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=7302186843138057>

[4] Disponível em:

<https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/12/12/13062/?fbclid=IwAR2RjonoY361-6jMOGYUqvyHu72u1G8GBMfBorOhppV4o525LK1MVTBaBfQ>

[5] Disponível em:

<https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/12/07/12958/?fbclid=IwAR2BR20P-xmShOUYRILUR-w75kGrLS1aAhTvWwg9oXsqrtzpKMGQC7pYZUg>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

A primeira metade do mês de dezembro de 2023 foi marcada pelo encerramento da COP-28. Conforme registrado no monitor de novembro de 2023, a participação brasileira no evento foi caracterizada, inicialmente, pelo comparecimento do presidente Lula, pela proposta de criação de um fundo global para o combate ao desmatamento de florestas tropicais e pelo anúncio de adesão do Brasil como membro observador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP+) [1]. ONGs ambientais presentes no evento apontaram que o compromisso do Brasil com o enfrentamento da emergência climática era contraditório, pois propunha a proteção da Amazônia, por um lado, e ambicionava a abertura de novas fronteiras de exploração de petróleo, como no litoral da floresta, por outro [1].

No dia 6 de dezembro, outro crítico se somou à condenação da busca por petróleo na Margem Equatorial brasileira: Volker Turk, Alto Comissário da ONU para

Direitos Humanos, tendo assumido o cargo em outubro de 2022, sucedendo Michelle Bachelet. Em entrevista coletiva, quando perguntado sobre as ambições do governo brasileiro no tema, Turk defendeu um fim gradual (“phase out”) e equitativo do uso e da exploração de combustíveis fósseis como garantia do direito humano a um meio ambiente saudável e afirmou que, “se há um apelo a ser feito, é o de mantê-los sob a terra e encontrar alternativas o mais rapidamente possível” [2].

Nas semanas finais da COP-28, a diplomacia brasileira tratou de refinar a posição do país sobre energia fóssil. No dia 6 de dezembro, a diplomata Liliam Chagas, diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores, leu, em uma plenária do evento, uma declaração do BASIC (fórum de articulação sobre clima entre Brasil, África do Sul, Índia e China) de que o grupo não se oporia a uma menção em favor de uma eliminação (“phase out”) ou redução (“phasedown”) do uso de combustíveis fósseis em documentos da COP-28, mas que incitava os países desenvolvidos a assumirem a liderança na eliminação gradual da sua própria produção e consumo, de forma acelerada, consoante o princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas [3].

Por sua vez, no dia 7 de dezembro, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, entusiasta da adesão do Brasil à OPEP+, defendeu, em entrevista à imprensa, a continuidade de investimentos brasileiros em novos poços de petróleo, que seguirá importante, na sua visão, para a produção de energia e plástico, mesmo com o aumento de fontes e matérias-primas alternativas. Nas suas palavras: “Daqui a 40 anos, o mundo vai estar consumindo petróleo. De quem será esse petróleo produzido é a questão que o mundo vai decidir. Eu preferiria que fosse do Brasil. É por isso que a gente acha que tem que haver reposição de reservas, ao menos nesses estertores da era do petróleo” [4].

A declaração final da COP-28, emitida em 13 de dezembro, incluiu uma recomendação sobre combustíveis fósseis, pela primeira vez na história das COPs, que instou todos os países a promoverem uma transição em direção ao fim do seu uso (“transitionaway”) de forma justa, ordenada e equitativa. Em discurso na plenária final do evento, a Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, reafirmou a interpretação da diplomacia de que “é fundamental que os países desenvolvidos tomem a dianteira da transição rumo ao fim dos combustíveis fósseis e assegurem os meios necessários para os países em desenvolvimento poderem implementar suas ações de mitigação e adaptação” [5]. Marina Silva também comemorou a aprovação de Belém, cidade amazônica, como sede da COP-30, em 2025 [5].

Paralelamente aos desdobramentos da COP-28, também ocorreu uma escalada das tensões entre Guiana e Venezuela, dois países vizinhos que fazem fronteira com o Brasil. Diante de uma possível disputa bélica em plena floresta amazônica, permeada por interesses relacionados à exploração de petróleo (conforme também explicado no monitor de novembro de 2023), o Brasil interveio por meio de manobras diplomáticas. Celso Amorim, Assessor-Chefe da Presidência da República, foi enviado para participar da mediação de uma reunião entre os presidentes Irfaan Ali e Nicolás Maduro, no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas. Ambos os presidentes se comprometeram a resolver a questão de forma pacífica [6].

Entrementes, no dia 7 de dezembro, o presidente Lula anunciou que destinará US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões) em apoio financeiro e técnico para projetos de infraestrutura na América do Sul, com grande destaque para obras logísticas no território amazônico [7]. Em evento realizado no dia 12 de dezembro, a ministra brasileira do Planejamento, Simone Tebet, detalhou que o governo federal pretende concluir, até 2027, cinco grandes rotas de integração do Brasil com a América do Sul, a fim de expandir o comércio com a vizinhança e também com a Ásia. Serão concluídas ou finalizadas 124 obras, como rodovias, hidrovias, ferrovias, pontes, portos, aeroportos e linhas de transmissão de energia elétrica [8].

As cinco rotas planejadas são as seguintes: 1) Ilha das Guianas (conexão de Amapá e Roraima a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela), 2) Multimodal Manta-Manaus (conexão de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima a Colômbia, Peru e Equador), 3) Quadrante Rondon (conexão de Acre, Rondônia e Mato Grosso a Peru e Bolívia), 4) Capricórnio (conexão de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina a Paraguai, Argentina e Chile), e 5) Porto Alegre-Coquimbo (conexão do Rio Grande do Sul a Argentina, Uruguai e Chile) [8].

Os recursos para as obras serão oriundos tanto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos valores ainda não foram divulgados, quanto do fundo “Rotas para Integração”, que será criado e somará cerca de R\$ 50 bilhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, R\$ 15 bilhões), do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF, R\$ 15 bilhões), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, R\$ 17 bilhões) e do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata, R\$ 3 bilhões) [8].

Por fim, o ano de 2023 terminou com o anúncio do Imazon de que, entre janeiro e novembro, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 62% [9]. A área desmatada

voltou a patamares de 2017. A taxa, porém, ainda preocupa, pois representa 1,2 mil campos de futebol de floresta por dia. Pará, Amazonas e Mato Grosso são os estados onde houve mais casos de desmatamento [9]. Para contribuir no processo de conservação da floresta, a Noruega anunciou, em 11 de dezembro, a doação de US\$ 50 milhões ao Fundo Amazônia. O valor corresponde a aproximadamente R\$ 245 milhões e consolida o país europeu (importante produtor de petróleo que busca compensar suas emissões com este tipo de ação) como o maior investidor do fundo desde a sua criação, em 2008, totalizando cerca R\$ 3 bilhões [10].

Referências

- [1] Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>
- [2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/12/06/chefe-da-onu-manda-recado-ao-brasil-deixe-o-petroleo-sob-a-terra.htm>
- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/12/07/brasil-nao-se-opoe-a-compromisso-para-eliminar-combustiveis-fosseis.ghtml>
- [4] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/12/07/petroleo-ainda-vai-ser-usado-pelas-proximas-quatro-decadas-afirma-prates.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/cop28-aprova-transicao-para-fim-do-uso-de-combustiveis-fosseis>
- [6] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-amorim/>.
- [7] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bndes-e-tebet-anunciam-r-50-bi-para-obras-na-america-do-sul/>
- [8] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/com-124-obras-brasil-lancara-plano-de-integracao-sul-americana/> ; <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/12/governo-preve-conclusao-ate-2027-das-5-grandes-rotas-de-integracao-do-brasil-com-al.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/desmatamento-na-amazonia-registra-queda-de-62-entre-janeiro-e-novembro-16656573>
- [10] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/noruega-anuncia-mais-r-245-milhoes-para-o-fundo-amazonia>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Durante a COP-28, o presidente colombiano Gustavo Petro foi uma das vozes mais ativas em favor do abandono dos combustíveis fósseis como - petróleo, gás e carvão -, por vê-los como essencial para se alcançar resultados na redução do impacto

das mudanças climáticas e na preservação da Amazônia. No dia 2 de dezembro, a Colômbia aderiu a uma coalizão de 13 países que buscam a negociação de um acordo de eliminação gradual e equitativa de combustíveis fósseis: o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis [1]. O apoio da Colômbia é significativo, já que se trata do segundo país produtor de hidrocarbonetos a aderir à iniciativa, após a entrada do Timor-Leste no acordo, em setembro de 2023 [2]. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Susana Muhamad, convidou o Brasil a aderir ao movimento, já que o apoio brasileiro poderia gerar o fato político necessário para a evolução do acordo por se tratar de “uma economia que tem grande influência, que está na presidência do G20 este ano” [3].

O pedido de apoio ao governo brasileiro em relação às iniciativas de eliminação de combustíveis fósseis também foi feito pelo presidente Gustavo Petro, em uma entrevista realizada no âmbito da COP-28. A Colômbia e o Brasil discordam em relação à exploração de hidrocarbonetos na Amazônia. Para o presidente colombiano, o Brasil precisa “mudar sua mentalidade” para evitar a destruição do ecossistema amazônico, pois o desejo de retorno financeiro está se sobrepondo à proteção do ecossistema [4]. Nas suas palavras: “Na Colômbia entendemos a importância da floresta, embora existam fatores predatórios em ação que têm a ver com a mineração ilegal. [...] Mas, no Brasil, a ideia de transformar a floresta em grandes plantações agrárias, em latifúndios, vem se desenvolvendo há muito tempo. Muitos líderes indígenas e ambientalistas morreram, foram assassinados por causa dessa luta” [5].

Ainda que exista dissonância em relação ao abandono de combustíveis fósseis, ambos os países entendem o combate à mineração ilegal como uma prioridade para a proteção do ecossistema amazônico. No dia 6 de dezembro, a Colômbia liderou uma operação histórica contra a mineração ilegal na região, na qual contou com a cooperação de autoridades brasileiras [6]. A operação policial “Maloca Grande” destruiu 19 pontos de extração ilícita de ouro nos parques nacionais de Río Puré e Amacayacu, onde mais de 23 quilos de ouro eram extraídos por mês, avaliados em R\$ 7,3 milhões, e cerca de 140 quilos de mercúrio eram despejados nos rios Puré e Puretém, contaminando 68 milhões de litros de água [7].

Ao mesmo tempo, o Estado colombiano vem adotando uma série de medidas para conter o aumento do desmatamento no departamento de Caquetá, na Amazônia colombiana. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável trabalha em conjunto com o Conselho Nacional de Luta Contra o Desmatamento (Conaldelf),

monitorando e investigando grupos que se apropriam ilegalmente de terras ateando fogo na região. Estes utilizam-se dos efeitos causados pelo fenômeno El Niño para cometer tais crimes contra a Floresta Amazônica. As medidas estão sendo tomadas tendo em vista que o departamento de Caquetá passou a registrar uma tendência de aumento de desmatamento, durante a temporada do El Niño, revertendo uma diminuição de 79% desta taxa no início de 2023 [8].

Cabe ressaltar que um estudo produzido pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) e a rede MapBiomas constatou que três a cada quatro hectares desmatados na Pan-Amazônia foram destinados à pecuária nos últimos 40 anos. O estudo, apresentado durante a COP-28, evidenciou que, dos 86 milhões de hectares desmatados no período, 66,5 milhões foram convertidos em pastos. No que tange à atividade de mineração, ainda que uma parte marginal tenha sido destinada à mesma, a pesquisa apontou um crescimento alarmante da atividade na região, que cresceu cerca de 1.367% em 38 anos [9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://fossilfuel treaty.org/endorsements>
- [2] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/02/colombia-joins-international-alliance-calling-for-treaty-to-end-use-of-fossil-fuels>
- [3] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-quer-adesao-do-brasil-ao-tratado-para-eliminar-uso-de-petroleo/>
- [4] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/09/middle-class-fear-green-policies-fuels-rise-of-far-right-colombias-petro-warns-aoe>
- [5] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/09/middle-class-fear-green-policies-fuels-rise-of-far-right-colombias-petro-warns-aoe>
- [6] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Historica-operacion-contra-mineria-ilegal-en-la-selva-amazonica-231206.aspx>
- [7] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/07/mega-operacao-na-colombia-destroi-12-garimpos-ilegais-ligados-a-facciao-criminosa-do-brasil.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/minambiente-emitio-alerta-ante-posible-incremento-de-la-deforestacion-en-caqueta-839749>
- [8] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/amazonia-investigacion-sobre-deforestacion-y-ganaderia-833889>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre 4 e 7 de dezembro, membros do Programa Amazônia Sem Fogo (PASF) do Equador participaram do I Curso Internacional para a Geração de Planos Técnicos Interinstitucionais para a Gestão de Incêndios Florestais e Manejo Integral do Fogo (PIIF), na província de Imbabura, no norte do país [1]. Cerca de 40 representantes, provenientes não só do Equador, mas também da Bolívia, da Venezuela e do Peru, participaram do evento para definir ações estratégicas para o controle de incêndios florestais.

O curso contou com o apoio da União Europeia, do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, do Corpo de Bombeiros, do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), de autoridades vinculadas aos governos autônomos descentralizados e do Conselho Consultivo Local de Educação Ambiental (CCLEA) de Imbabura. Em termos de financiamento, o PASF recebe recursos de instituições como o *Fondo Ítalo Ecuatoriano para el Desarrollo Sostenible* (FIEDS), o *Fondo de Inversión Ambiental Sostenible* (FIAS), a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS), a *Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas* (FIIAP) e a *Expertise France* (EF).

Além disso, no âmbito da OTCA, representantes equatorianos participaram do Primeiro Workshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo, realizado entre os dias 13 e 15 de dezembro, em Brasília [2]. No encontro, foram discutidos os avanços de cada país amazônico na implementação do Manejo Integrado do Fogo e ações que podem contribuir para a construção do Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Gerenciamento Integrado de Incêndios entre os Países Membros da OTCA (MoU IFM) e, posteriormente, para a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). A iniciativa contou com financiamento do Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha e da União Europeia.

Referências

[1] Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/ecuador/la-uni%C3%B3n-europea-apoy%C3%B3-capacitaci%C3%B3n-para-la-gesti%C3%B3n-integral-de-incendios-forestales-en-ecuador_es?s=161

[2] Disponível em: <http://otca.org/pt/primeiro-workshop-regional-da-rede-amazonica-de-gestao-integrada-do-fogo-no-ambito-da-otca-e-realizado-em-brasilia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A região de Essequibo, que faz parte da floresta amazônica e está situada na fronteira entre Guiana e Venezuela, continuou sendo objeto de uma escalada de tensão entre os dois países, em dezembro de 2023. O território é reivindicado por ambos, em uma controvérsia que tem origem no século XIX e que foi resolvida em favor da Guiana. Contudo, o início da exploração do petróleo em Essequibo, nos últimos anos, reascendeu a disputa de soberania. Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, é crítico da presença da transnacional Exxon Mobil na região, associando a empresa petrolífera ao imperialismo estadunidense [1].

No dia 3 de dezembro, Maduro realizou um plebiscito convocando a população a opinar sobre a anexação de Essequibo. O presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Elvis Amoroso, divulgou que o número total de votos foi de 10,5 milhões, dos quais cerca de 95% optou pelo “sim”, ou seja, pela anexação do território que faz parte da Guiana. A oposição ao presidente venezuelano, liderada por Henrique Capriles, acusou o governo de não divulgar o número efetivo de participantes, mas apenas o número de votos, o que poderia ter proporcionado uma inflação dos números, já que cada pessoa respondia a cinco perguntas. A oposição aponta que o total de votos corresponde a 5 vezes o número de eleitores [2].

Apesar das suspeitas sobre a lisura do processo, o resultado do plebiscito elevou o grau de tensão em torno do assunto. Maduro anunciou uma série de medidas no dia 5 de dezembro, tais como: um projeto de lei para criar o Estado de Guiana Essequiba, a nomeação do general Alexis Rodriguez Cabello como autoridade única da região, a montagem de um posto militar na cidade de Tumeremo (perto da fronteira da Guiana), a ordem para que a empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) distribísse licenças para a exploração de petróleo na região e a sugestão de entrega de carteiras de identidade venezuelanas para a população de Essequibo. Prontamente, Irfaan Ali, presidente da Guiana, qualificou as atitudes como “ameaça direta” [3].

As consequências desta série de atos extrapolaram os países em evidência e mobilizaram atores do cenário geopolítico regional e global. A imprevisibilidade de um possível conflito militar fez com que o Exército Brasileiro enviasse 16 blindados para a fronteira com a Venezuela [4]. Por sua vez, o Comando Sul dos Estados Unidos (US SOUTHCOM), em colaboração com as Forças de Defesa da Guiana (GDF), anunciou

que realizará operações de voo como exercícios de cooperação militar [5]. Além disso, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, viajou para a Guiana no dia 6 de dezembro para encontrar-se com Irfaan Ali. Na ocasião, Blinken reforçou o apoio dos Estados Unidos à integridade do território guianês [6].

No dia 14 de dezembro, Irfaan Ali e Nicolás Maduro reuniram-se em São Vicente e Granadinas para um diálogo. A reunião foi intermediada por Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil. Ambos os presidentes assinaram uma declaração e se comprometeram a não utilizar a força como meio de resolução, sob quaisquer circunstâncias. Um próximo encontro será realizado no Brasil em 3 meses. Entretanto, a Guiana não descarta a implementação de uma base militar estadunidense na região, segundo Irfaan Ali. Por sua vez, Celso Amorim defendeu que a questão seja tratada no âmbito da CELAC, em vez da OEA por exemplo, pois dessa forma se evitaria que uma superpotência aprofundasse sua participação em um assunto da região sul-americana [7].

Entretanto, no dia 24 de dezembro, o Reino Unido entrou em cena e anunciou “medidas participativas” no caso, o que significou o envio de um navio de guerra para a Guiana como um “gesto de apoio diplomático e militar” [8]. A contramedida de Maduro foi anunciar o envio de tropas para a fronteira com a Guiana: cerca de 5.600 militares [9]. Nota-se, assim, que, enquanto países da América do Sul, como o Brasil, buscam mediações pacíficas para o conflito, algumas atitudes por parte de países extrarregionais, como EUA e Reino Unido, incitam o aprofundamento das tensões.

Referências

- [1] Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/84444/marcelo-zero-referendo-sobre-essequibo-foi-erro-diplomatico-e-guiana-nao-e-vil>.
- [2] Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/oposicao-da-venezuela-classifica-referendo-de-maduro-sobre-essequibo/304896>.
- [3] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czr2ze2gpjv>
- [4] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/exercito-manda-16-blindados-para-a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela>.
- [5] Disponível em: <https://gy.usembassy.gov/southcom-to-conduct-flight-over-guyana/>.
- [6] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/7/us-throws-weight-behind-guyana-in-territorial-dispute>.
- [7] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-amorim/>.

[8] Disponível em :

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck743m1jmzpo#:~:text=Em%20um%20gesto%20de%20apoio,que%20disputa%20com%20a%20Guiana.>

[9] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maduro-reforca-tropas-na-fronteira-com-a-guiana-apos-reino-unido-anunciar-envio-de-navio-militar/>.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de dezembro de 2023, a Amazônia apareceu na agenda do Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Peru durante a participação do país na COP-28 e em eventos culturais organizados na França, no Marrocos e na capital peruana, Lima. Em relação à COP-28, o MRE publicou uma nota à imprensa na qual apresentou pontos positivos da ação peruana na conferência que demonstraram a sua “ambição” de promover a agenda climática [1]. O primeiro ponto refere-se ao Fundo de Perdas e Danos, voltado para compensar os países mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas. O MRE informou que o Peru será titular do comitê responsável por administrar o fundo nos próximos três anos.

Um segundo ponto refere-se à Declaração Conjunta de Intenções (DCI), iniciativa da Noruega para reduzir desmatamentos que prevê a criação e a implementação de políticas públicas em âmbito nacional e regional, mediante o financiamento de US\$ 10 milhões em 2024 e 2025 para países comprometidos com a defesa do meio ambiente [2]. O MRE peruano afirmou que a COP-28 foi um espaço importante para fortalecer a cooperação com a Noruega em torno dessa questão.

Além disso, um terceiro ponto é que o Peru, juntamente com outros países localizados nos trópicos, anunciou a criação de uma plataforma global que reconhece a proteção dos direitos dos povos indígenas e demais comunidades que habitam as florestas tropicais, sobretudo no que tange à posse de seus territórios, como uma medida eficaz para enfrentar as mudanças climáticas. A Parceria de Líderes pelas Florestas e pelo Clima é um espaço conformado por governos, organizações dos povos originários e das comunidades locais, além de financiadores [3].

O Fundo Climático para Mulheres Indígenas foi outra inovação importante da COP-28 que recebeu apoio do Peru, segundo o MRE. Tal medida permite que 3 milhões de mulheres indígenas tenham acesso a recursos destinados para o fortalecimento de capacidades e lideranças socioambientais com o fim de mitigar a vulnerabilidade

associada à mudança climática. Cingapura, Noruega e Alemanha manifestaram interesse em aportar verbas para a construção do Fundo.

A Itália, por sua vez, assinou um Memorando de Entendimento com o Peru pelo qual os países ratificam seu compromisso de cumprir o Acordo de Paris, que tem o objetivo de evitar que o aumento da temperatura global ultrapasse 1.5°C. O acordo envolve um aporte bilateral de 3,2 milhões de euros para a adoção de projetos de cooperação para promoção do desenvolvimento sustentável em ambos os países [3].

Além de promover, na COP-28, discussões de temas que impactam diretamente a preservação da Amazônia, o MRE organizou, no mês de dezembro, eventos culturais cuja temática tinha relação com a floresta. No dia 7 de dezembro, em Rabat, capital do Marrocos, a Embaixada do Peru no país projetou o filme *Ainbo: el espíritu del Amazonas* para estudantes entre 14 e 15 anos. O longa-metragem, do diretor Richard Claus, lançado em 2021, conta a história de uma menina aventureira que salva a floresta amazônica dos madeireiros e mineiros. No evento, houve ainda um debate sobre o tema para educar os adolescentes sobre os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas na Amazônia peruana [4].

Em Paris, está sendo exibida a exposição *Visiones chamánicas, el arte de la ayahuasca en la Amazonía peruana*. O evento artístico, de curadoria do antropólogo francês David Dupuis, retrata a experiência da ayahuasca, chá preparado com ervas amazônicas muito usado em rituais religiosos terapêuticos e práticas xamânicas. Os responsáveis pelo financiamento da exibição foram a Embaixada da França no Peru; o Centro Cultural Inca Garcilaso, que pertence ao MRE peruano; a Embaixada do Peru na França; o Museu do Quai Branly, que acolhe o maior repositório dedicado às culturas das Américas na França; além de colecionadores e patrocinadores privados [5].

Por fim, em Lima, no dia 6 de dezembro, o Centro Cultural Inca Garcilaso produziu dois eventos sobre a Amazônia: a inauguração da exposição *Ticuna, el arte de resistencia* e a apresentação do catálogo *Amazonía expuesta*. A exposição apresenta obras do artista Nolberto Fernández, cujas pinturas retratam a luta dos povos indígenas da etnia ticuna para preservar sua cultura e seu território. O catálogo, por sua vez, reúne todas as mostras feitas no Centro Cultural ao longo de 18 anos, que dão conta da importância da cultura e do conhecimento dos povos originários da Amazônia, bem como das ameaças e dos riscos a que estão submetidos [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/883497-cop-28-conoce-los-principales-logros-del-peru-en-la-cumbre-global-del-clima>
- [2] Disponível em: <https://especial.larepublica.pe/la-republica-sostenible/2023/12/19/cop-28-peru-alcanza-seis-logros-durante-cumbre-climatica-1197988>
- [3] Disponível em: <https://especial.larepublica.pe/la-republica-sostenible/2023/11/22/peru-se-adhiere-a-la-asociacion-de-lideres-para-los-bosques-y-el-clima-873972>
- [4] Disponível em: <https://www.apnoticias.pe/peru/la-primera/el-peru-e-italia-suscriben-memorando-de-entendimiento-para-impulsar-accion-climatica-1144666>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/879909-embajada-del-peru-en-marruecos-proyecta-largometraje-peruano-sobre-la-amazonia-peruana-a-estudiantes-de-rabat>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/877588-exposicion-visiones-chamanicas-el-arte-de-la-ayahuasca-en-la-amazonia-peruana-en-el-museo-del-quai-branly-en-paris>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/879599-centro-cultural-inca-garcilaso-presenta-el-catalogo-amazonia-expuesta-y-ticuna-el-arte-de-la-resistencia>

Suriname

Por **Guilherme Fritz**

A disputa fronteiriça entre Guiana e Venezuela pela região de Essequibo, que integra a Amazônia, levou o Suriname a posicionar-se quanto à questão, em dezembro de 2023. O país declarou apoio a integridade do território de Essequibo como território da Guiana, tanto por declarações de figuras políticas do alto escalão do governo, como foi o caso do Ministro das Relações Exteriores, Albert Ramdin, quanto pelo apoio ao posicionamento da Comunidade do Caribe (CARICOM) no mesmo sentido [1].

A estabilidade e a segurança política na região são fundamentais para o sucesso dos planos econômicos do governo do Suriname, que, assim como a Guiana, também envolvem a exploração de petróleo *offshore*. O possível conflito trouxe à tona questões envolvendo territorialidade e uso de recursos da terra, que ultrapassam a questão do petróleo em si, pois se referem também ao uso dos recursos da floresta para compensar poluições atmosféricas causadas por combustíveis fósseis. O “cenário verde” é cada vez mais visto, pelo governo, como um sinônimo de impulsionamento econômico, seja por vias turísticas, seja pelos mercados de crédito de carbono.

Por mais que seja o lado oeste do território da Guiana que esteja em evidência, cabe lembrar que, no lado leste – ou seja, na fronteira da Guiana com o Suriname –, também há uma disputa fronteiriça desde, pelo menos, 1969. A questão envolve a

região do Tigri, reivindicada por ambos os países. Contudo, a forma com que os vizinhos lidam com a questão é bem diferente daquela que prevalece em Essequibo, como foi explicitado pelo ministro Ramdin [2]. Ainda assim, a soma de possíveis tensões revela uma porção da região amazônica sujeita a conflitos territoriais latentes.

Além disso, o mês de dezembro foi marcado pela COP-28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A conferência, que procurou traçar planos capazes de frear a crise climática, foi muito criticada por conta da presença de representantes da indústria petrolífera. Entre eles, estava a Total Energies, empresa transnacional com sede na França, que anunciou a assinatura de um contrato de exploração de petróleo *offshore* no Suriname [3] [4]. Por sua vez, o presidente do país, Chan Santokhi, compareceu à conferência, afirmou que as alterações climáticas afetam o Suriname mesmo sendo ele um dos únicos países de emissão negativa de carbono e defendeu que é necessário que meios de financiamento sejam capazes de alavancar a dinâmica econômica para que uma economia de baixo carbono possa ser estruturada [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://caribbean.loopnews.com/content/caricom-leaders-reiterate-support-guyana-border-dispute>.
- [2] Disponível em: <https://www.jamaicaobserver.com/latest-news/despite-its-own-border-issue-suriname-supports-guyanas-position-in-dispute-with-venezuela/>.
- [3] Disponível em: <https://petroleohoje.editorabrazilenergia.com.br/totalenergies-assina-contrato-de-partilha-do-bloco-64-no-suriname/>.
- [4] Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/totalenergies-cop28-says-renewables-way-phase-out-fossil-fuels-2023-12-06/>.
- [5] Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/SURINAME_cop28cmp18cma5_HLS_EN_G.pdf

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em dezembro de 2023, a agenda política da Venezuela se manteve concentrada nos desdobramentos do referendo, realizado no dia 3, sobre a região de Essequibo, conforme já exposto na seção sobre Guiana deste mesmo monitor. Além disso, a região amazônica apareceu no noticiário nacional devido à morte de 12 pessoas, após o colapso de uma mina no estado de Bolívar, no dia 6 de dezembro [1]. Esse foi o segundo

deslizamento na região em menos de um mês. A ONG SOS Orinoco denunciou que o número de mortes pode ter chegado a 18 [2]. A atividade de mineração ilegal é uma das principais ameaças à preservação da vida humana e à conservação da floresta amazônica na Venezuela.

Na agenda oficial do governo, questões ligadas às mudanças climáticas foram debatidas durante a COP-28, ainda que a Amazônia não tenha sido especialmente abordada. Em discurso durante a conferência, no dia 9 de dezembro, o ministro do Poder Popular para o Ecosocialismo, Josué Lorca, criticou o sistema capitalista e a destruição da natureza dele decorrente. Defendeu, ainda, que as ações inseridas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) devem ser implementadas imediatamente, observando o princípio de Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas [3]. Por fim, no dia 10 de dezembro, o ministro Lorca teve uma reunião com Simon Stiell, Secretário Executivo da UNFCCC. O ministro ressaltou o compromisso venezuelano com os encaminhamentos da COP-28 e destacou o avanço simbolizado pela criação do Fundo de Perdas e Danos, que beneficiará os países mais vulneráveis [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/autoridades-elevan-a-12-cifra-de-mineros-fallecidos-en-bolivar/>

[2] Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/sos-orinoco-denuncia-la-muerte-de-18-personas-en-mina-del-estado-bolivar/>

[3] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/12/09/ministro-lorca-cop28-sistema-capitalista-sigue-profundizando-crisis-climatica/>

[4] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/12/10/ministro-lorca-converso-secretario-ejecutivo-cop28/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

O mês de dezembro foi repleto de ações organizadas e mediadas pela OTCA. No dia 7, foi realizada mais uma oficina de capacitação de gênero no marco do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a gestão integrada e sustentável da Bacia Amazônica [1]. Os encontros, que acontecem desde agosto, buscam incorporar a dimensão de gênero

aos processos de tomada de decisão, uma vez que as participantes são profissionais que também trabalham na área de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

Considerando que as mulheres atuam não somente na economia do cuidado, mas em setores ligados à agricultura familiar, no cultivo de produtos básicos e no manejo de recursos naturais, a realização das oficinas – que já passaram por Colômbia, Suriname e Peru – tem sido fundamental para a ampliação dos conhecimentos sobre gerenciamento de recursos hídricos e na identificação de desigualdades de gênero em processos de tomada de decisão e planejamento. A principal ferramenta utilizada nos treinamentos é o *Gender Mainstreaming Scanner*, criado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), agência de cooperação alemã, em 2021. O objetivo do *scanner* é identificar se um determinado projeto é indiferente, limitado, sensível ou transformador em relação a gênero. A partir desta identificação, novas abordagens são desenvolvidas para introduzir mecanismos operacionais nos projetos.

No dia 8 de dezembro, a OTCA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) assinaram uma carta de acordo para estabelecer uma cooperação entre a instituição e os oito países pan-amazônicos em prol do fortalecimento da segurança alimentar e da redução dos níveis de pobreza na região [2]. O acordo prevê uma série de iniciativas conjuntas, tais como a implementação de programas, planos e estratégias para a melhoria dos indicadores relativos à fome e à segurança alimentar da população amazônica. A assinatura do acordo aconteceu durante o evento “Fechando as Lacunas do Desenvolvimento Socioeconômico: Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional na Região Amazônica”, que faz parte da agenda de atividades proposta durante a IV Reunião de Presidentes dos Estados Parte da OTCA e da Cúpula Amazônica.

Nos dias 12 e 13 de dezembro, aconteceu a reunião dos “Pontos Focais do Plano de Contingência para a Proteção da Saúde em Povos Indígenas de Alta Vulnerabilidade e em Projeto de Contato Inicial”, mediada pela OTCA com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) [3]. Na ocasião, especialistas responsáveis pela implementação do projeto consideraram que os três principais componentes do plano foram atendidos: o diagnóstico da situação de saúde dos povos indígenas; a atenção ao tratamento dispensado à COVID-19; e o fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde, dos mecanismos indígenas de alerta precoce e dos sistemas locais de informação

em saúde. Além disso, foram discutidas novas ações, tais como o monitoramento epidemiológico por meio de aplicativos e o fortalecimento de cordões sanitários entre as comunidades.

Na mesma semana, em 14 de dezembro, autoridades dos oito países amazônicos se reuniram na sede da OTCA, em Brasília, para participar do “Primeiro Workshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo” [4]. Representantes da agência alemã GIZ e da União Europeia também estiveram presentes na condição de organizações financiadoras. Os objetivos do workshop foram mapear e avaliar o progresso do Manejo Integrado do Fogo nos países membros da OTCA, trocar informações sobre iniciativas em desenvolvimento que possam contribuir para a implementação do “Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Gerenciamento Integrado de Incêndios entre os Países Membros da OTCA” (MoUIFM) e construir esforços para a implementação da Rede Amazônica do Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). A parceria entre a OTCA e a GIZ foi formalizada no dia 19 de dezembro [5].

No dia 20 de dezembro, a OTCA e o governo do Suriname anunciaram a continuidade do projeto que prevê a restauração, a proteção e a conservação dos manguezais ao norte da capital surinamesa de Paramaribo [6]. A ação faz parte do Projeto Bacia Amazônica – Implementação de Programas de Ações Estratégicas (PAE) e deve beneficiar aproximadamente 2.500 pessoas. O projeto incentiva a participação de mulheres que residem nas comunidades costeiras a partir do tema “Floresta Azul para uma Economia Azul”, aplicada pelo *Institute of Green Economy*, que enfatiza o desenvolvimento de ecossistemas marinhos e sua importância como motores econômicos a partir do gerenciamento sustentável.

Também em termos de resultados, no dia 21 de dezembro, a OTCA noticiou a realização da 4ª Reunião Técnica dos Coordenadores das Unidades Nacionais de Coordenação do Projeto Bacia Amazônica, projeto que conta com o apoio do PNUMA e financiamento do GEF [7]. As reuniões de caráter periódico têm a finalidade de aprofundar e consolidar a comunicação entre os participantes do projeto, dentre coordenadores e atores locais, para garantir o progresso e a implementação de atividades regionais e nacionais para a gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Durante a reunião, os participantes destacaram os esforços para a garantia da igualdade de gênero durante as oficinas que aconteceram na Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Ao todo, foram planejadas 17 intervenções no âmbito do Projeto Bacia Amazônica, dentre elas: a consolidação de sistemas operacionais de previsão e alerta precoces para responder a eventos hidroclimáticos extremos, a adoção de soluções baseadas em infraestrutura natural, o uso eficiente da água e a proteção de fontes de água subterrâneas. Os representantes também apresentaram um plano de trabalho para a criação de uma série de sistemas de monitoramento interligados para toda a Bacia Amazônica – o Sistema Integrado de Monitoramento de Recursos Hídricos – que integrará a Rede Regional de Qualidade da Água e a Rede Hidrometeorológica Amazônica que já faz parte do Módulo Redes Amazônicas do Observatório Regional Amazônico (ORA). Segundo as autoridades, os dados gerados por esse sistema serão disponibilizados por meio de uma plataforma online. Por fim, foi anunciado o planejamento de um estudo para monitorar a situação atual da poluição por mercúrio na região amazônica, baseado na quantificação das fontes de emissões e mapeamento das áreas de risco e de vulnerabilidade à contaminação.

Em termos de cooperação, também em 21 de dezembro, houve um encontro entre membros da OTCA e da Organização Meteorológica Mundial (OMM) durante a reunião do Grupo de Trabalho em Hidrologia e Recursos Hídricos da América do Sul, realizada em Assunção, no Paraguai, entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro [8]. A participação da OTCA na reunião é resultado da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) entre as duas instituições, que prevê o compartilhamento de informações sobre questões científicas, tecnológicas e de desenvolvimento. Na ocasião, representantes da OMM mostraram interesse em cooperar com o Observatório Regional Amazônico (ORA) e estreitar parcerias junto ao Sistema de Observação Hidrológica da OMM (WHOS).

Outros quatro eventos encerraram o mês de atividades da OTCA. O primeiro foi a divulgação, em 21 de dezembro, de um compilado de informações sobre o ciclo de Workshops Nacionais realizado nos marcos do Programa de Ações Estratégicas em seis dos oito países pan-amazônicos (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) durante o segundo semestre de 2023 [9]. Realizados pelos governos nacionais com o apoio da Secretaria Permanente da OTCA, os workshops objetivaram identificar os avanços e os desafios para a implementação do PAE. Ao final, estima-se que os encontros produzirão insumos para a construção de um Plano de Ação Nacional (PAN) voltado para a gestão de recursos hídricos na Bacia Amazônica. Outros pontos, como a necessidade de desenvolvimento de um plano de emergência regional e o

treinamento para otimização da GIRH, também foram discutidos. Um dos destaques dos workshops foi a inclusão de ações culturais, que incluíram apresentações artísticas e falas sobre a valorização do conhecimento local dos povos indígenas, além das já mencionadas capacitações de gênero. A previsão é que Brasil e Equador realizem seus workshops no início de 2024.

No mesmo dia, foi noticiada a conclusão do projeto “Estabelecimento de Redes de Monitoramento da Quantidade e Qualidade das Águas Subterrâneas em Importantes Aquíferos Urbanos da Bacia do Rio Madeira”, na Bolívia, que estabeleceu redes de monitoramento em dois aquíferos da região [10] – um deles em Santa Cruz de laSierra, e o outro em Sacaba, que abastecem populações de 1,5 milhão e 172 mil pessoas, respectivamente. Essa intervenção é coordenada pela Direção Geral de Limites e Águas Internacionais Transfronteiriças do Ministério de Relações Exteriores e pelo Ministério do Meio Ambiente e Água (MMAyA), da Bolívia, ao lado de cooperativas das regiões citadas e dos sub-municípios de El Abra e Tunari. Os dados obtidos pelas redes de monitoramento serão usados para o planejamento de políticas para a proteção dos sistemas aquíferos e sua gestão sustentável e incorporados ao Sistema de Informações sobre Águas Subterrâneas da Bolívia (SIASBO) e do Centro Regional de Gestão de Águas Subterrâneas para a América Latina e o Caribe (CeReGAS), além do Observatório Regional Amazônico (ORA), da OTCA.

Também em 21 de dezembro, a OTCA divulgou a publicação “Avaliação Rápida da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica”, que analisou as tendências da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica em cinco dimensões (biológica, social, cultural, econômica e política) [11]. Uma das conclusões do estudo é que a região amazônica está enfrentando uma perda significativa de recursos naturais e biodiversidade como resultado de um modelo de desenvolvimento insustentável e de atividades extrativistas ilegais, como mineração, tráfico de espécies e tráfico de drogas. Para lidar com esses problemas, as soluções propostas pelo documento incluem: a adoção de perspectivas indígenas, a interdependência natureza-cultura e a valorização de economias não monetárias, que passam pela articulação de estratégias globais e regionais e pelo incentivo a abordagens bioculturais baseadas nos princípios de inclusão, cooperação transfronteiriça e reconhecimento dos direitos da natureza.

De acordo com a OTCA, a publicação é a primeira avaliação sub-regional elaborada a partir da metodologia desenvolvida pela Plataforma Intergovernamental de

Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), sendo capaz de fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas nos oito países-membro da OTCA e demais agentes (governamentais ou não) que atuam no território amazônico. Ao final, mais de 110 profissionais, alocados nos diferentes países amazônicos, trabalharam na produção do documento acompanhados por um Comitê Científico composto por especialistas com experiência em questões ambientais e de biodiversidade e apoiado pela Secretaria de Apoio Técnico da OTCA e pelo Instituto Alexander von Humboldt da Colômbia. Espera-se que os dados gerados pela Avaliação integrem futuramente o Painel Técnico-Científico Intergovernamental Amazônico da OTCA.

Por fim, em 21 de dezembro, a Organização noticiou, valendo-se de dados disponibilizados pela Análise Diagnóstica Regional Transfronteiriça da Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), estudos sobre a região fronteiriça entre Bolívia, Brasil e Peru, no sudoeste da Amazônia, sobre o aumento da vulnerabilidade local frente à riscos e desastres naturais [12]. Segundo o documento, eventos como secas e inundações são potencializados tanto pela construção de megaprojetos de integração da infraestrutura regional, como por fenômenos naturais como o El Niño. Nesse quesito sobressai a implementação do Sistema de Alerta Precoce (SAP) e as informações projetadas no Atlas de Vulnerabilidade Hidroclimática da Amazônia, realizados no âmbito do Projeto GEF Amazônia: Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas, implementado pela OTCA entre 2011 e 2018, com o apoio do PNUMA e financiamento do GEF.

Atualmente para complementar e ampliar o escopo de atuação do SAP Trinacional, está sendo implementado o projeto “Integrando fronteiras: Sistema de Alerta Precoce nas Bacias dos Rios Madeira, Alto Purús e Alto Juruá”, no marco do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), cujo alcance pode chegar a uma área de 54.463.000 hectares que cobrem um total de 28 municípios da região, nos quais habitam cerca de 1,6 milhão de pessoas. Em novembro do ano passado, representantes da Bolívia, do Brasil e do Peru, se reuniram para a organização do Workshop Inicial Trinacional, como parte dos preparativos para a criação de uma agenda comum. A união entre governos, lideranças locais, organizações indígenas e camponesas e universidades visa facilitar a troca de informações e a interoperação dos sistemas nacionais para a prevenção e mitigação dos efeitos provocados por secas, inundações e aumento do nível do mar na Região Amazônica. O projeto ainda conta com a previsão de estabelecimento

de mais dois SAPs: um na bacia do rio Mantaro, no Peru, e outro na bacia do Casiquiare, no Rio Negro, Venezuela.

Referências

- [1] Disponível em: <http://otca.org/pt/a-otca-trabalha-para-incrementar-e-tornar-mais-efetiva-a-participacao-das-mulheres-na-gestao-da-agua-na-regiao-amazonica/>
- [2] Disponível em: <http://otca.org/pt/ootca-e-fao-assinam-acordo-de-cooperacao-para-fortalecer-a-seguranca-alimentar-na-amazonia/>
- [3] Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-realiza-reuniao-dos-pontos-focais-do-plano-de-contingencia-para-protecao-da-saude-em-povos-indigenas-de-alta-vulnerabilidade/>
- [4] Disponível em: <http://otca.org/pt/primeiro-workshop-regional-da-rede-amazonica-de-gestao-integrada-do-fogo-no-mbito-da-otca-e-realizado-em-brasilia/>
- [5] Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-e-giz-formalizam-projeto-para-gestao-integrada-do-fogo/>
- [6] Disponível em: <http://otca.org/pt/projeto-de-restauracao-de-manguezais-no-suriname-oferecera-incentivos-financeiros-a-contribuicao-socioambiental-de-comunidades-que-dependem-desses-ecossistemas/>
- [7] Disponível em: <http://otca.org/pt/coordenadores-nacionais-do-projeto-bacia-amazonica-destacam-avancos-e-desafios-em-4a-reuniao-tecnica/>
- [8] Disponível em: <http://otca.org/pt/a-otca-e-a-organizacao-meteorologica-mundial-omm-exploram-oportunidades-de-cooperacao-para-fortalecer-o-monitoramento-integrado-dos-recursos-hidricos-da-amazonia/>
- [9] Disponível em: <http://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-reunem-tomadores-de-decisao-especialistas-e-sociedade-civil-para-promover-aco-es-estrategicas-para-a-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>
- [10] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-estabelece-redes-de-monitoramento-para-a-gestao-sustentavel-dos-aquiferos-que-abastecem-mais-de-15-milhao-de-habitantes-da-bacia-do-rio-madeira/>
- [11] Disponível em: <http://otca.org/pt/nota-otca-divulga-avaliacao-rapida-da-biodiversidade-e-dos-servicos-ecossistemicos-na-bacia-regiao-amazonica/>
- [12] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-brasil-e-peru-mobilizam-atores-governamentais-e-sociais-para-a-ampliacao-do-sistema-trinacional-de-alerta-precoce-na-regiao-map/>